

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Administradora de Consórcios Ltda., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, fevereiro de 2012

A Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2011	2010	Nota	2011	2010
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.623</b>	<b>885</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>507</b>	<b>137</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>12</b>	<b>19</b>			
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4.282</b>	<b>4.282</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>4.6</b>	<b>507</b>
Aplicações no Mercado Aberto	4.282	4.282	Fiscais e Previdenciárias	57	2
<b>Outros Créditos</b>	<b>329</b>	<b>746</b>	Diversas	450	135
Fendas a Receber	1	3			
Créditos Tributários	4.3	99	<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>22</b>	<b>60</b>
Diversos	4.4	229			
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>137</b>	<b>3.368</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>4.6</b>	<b>22</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4.2</b>	<b>109</b>	Diversas	22	60
Aplicações no Mercado Aberto	109	3.365			
<b>Outros Créditos</b>	<b>28</b>	<b>3</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>4.8</b>	<b>4.231</b>
Créditos Tributários	4.3	6	Capital Social:		
Diversos	4.4	22	De Domiciliados no País	3.000	3.000
<b>Permanente</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	Reservas de Lucros	1.231	1.057
<b>Intangível</b>	<b>4.5</b>	<b>-</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>4.760</b>	<b>4.254</b>
Outros Ativos Intangíveis	175	175			
(Amortizações Acumuladas)	(175)	(174)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>4.760</b>	<b>4.254</b>			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2009</b>	<b>3.000</b>	<b>27</b>	<b>782</b>	<b>-</b>	<b>3.809</b>
Lucro Líquido	-	-	-	248	248
Destinações:					
Reserva Legal	-	12	-	(12)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.8.c	-	236	(236)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2010</b>	<b>3.000</b>	<b>39</b>	<b>1.018</b>	<b>-</b>	<b>4.057</b>
Lucro Líquido	-	-	-	174	174
Destinações:					
Reserva Legal	-	9	-	(9)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.8.c	-	165	(165)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>3.000</b>	<b>48</b>	<b>1.183</b>	<b>-</b>	<b>4.231</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2011</b>	<b>3.000</b>	<b>40</b>	<b>1.030</b>	<b>-</b>	<b>4.070</b>
Lucro Líquido	-	-	-	161	161
Destinações:					
Reserva Legal	-	8	-	(8)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.8.c	-	153	(153)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>3.000</b>	<b>48</b>	<b>1.183</b>	<b>-</b>	<b>4.231</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### 1. Contexto Operacional

A Santander Administradora de Consórcios Ltda. (Santander Consórcios), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), tem como objeto a administração de grupos de consórcio em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. A Instituição tem suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. A Santander Consórcios vem administrando os recursos não procurados de todos os grupos de consórcio encerrados e possui um único grupo ativo, iniciado em anos anteriores, e não vem constituindo novos grupos, uma vez que não tem, no momento, planos de continuar operando grupos de consórcio. Atualmente, a Administração avalia se esta entidade será incorporada por outra administradora integrante do Conglomerado Santander. O Conglomerado Santander constitui e administra novos grupos de consórcio através da entidade Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (SB Consórcio).

#### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Consórcios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não recepcionadas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a empresa Santander Consórcios, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, serão divulgadas no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/rj](http://www.santander.com.br/rj).

#### 3. Principais Práticas Contábeis

##### 1 - Administradora

##### a) Apuração do Resultado

A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

##### b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

##### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

##### d) Permanente - Intangível

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos de mais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

##### e) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

##### e.1) Ativos Contingentes

A Santander Consórcios é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos. As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independem da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Santander Consórcios. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

##### f) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo e são registradas em despesas tributárias.

**g) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$240, R\$120 no semestre e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 4.3.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração da Santander Consórcios.

As alterações introduzidas pela Lei 11.638 e pela Lei 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

##### II - Grupos de Consórcios

##### a) Aplicações Financeiras

Representam aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcios, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

O saldo das aplicações financeiras é deduzido de provisão para ajuste ao valor de mercado, quando aplicável.

##### b) Direitos junto a Consorciados Contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados.

##### c) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados

Representam o valor das contribuições a receber a título de fundo comum e fundo de reserva dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.

##### d) Contribuições Devidas ao Grupo

Representam a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos respectivos grupos, calculada de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

##### e) Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar

Representam o saldo dos bens a contemplar em Assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens na data do balanço.

##### f) Obrigações com Consorciados

Estão representadas, principalmente, por contribuições para aquisição de bens recebidas de consorciados não contemplados, a título de fundo comum, e valores recebidos antes da constituição formal dos grupos, acrescido de rendimentos financeiros.

##### g) Obrigações por Contemplações a Entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas Assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

##### h) Recursos a Devolver a Consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativas aos recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos, representados por valores recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, aplicando-se o percentual pago ao valor do bem vigente na última Assembleia de Contemplação do Grupo e acrescido dos rendimentos da aplicação financeira, calculados a partir desta Assembleia, deduzidos da multa rescisória contratual registrada em valores a repassar e em recursos do grupo.

##### i) Recursos do Grupo

Representam os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, acrescidos da respectiva remuneração pelas aplicações financeiras até a data do balanço, atualização da variação do preço do bem e valores recebidos de consorciados após os procedimentos de cobrança.

##### j) Recursos Coletados

Representam os recursos coletados pelos grupos e respectivos rendimentos. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração e do fundo de reserva.

##### k) Recursos Utilizados

Representam principalmente o montante dos recursos aplicados na aquisição de bens, pagamento da taxa de administração, rendimentos financeiros pagos a consorciados contemplados, até a data da aquisição do bem.

##### l) Informações Complementares sobre os Grupos em Andamento

	2011	2010
Quantidade de Grupos Administrados	1	2
Quantidade de Consorciados Ativos	63	347
Quantidade de Consorciados Desistentes/Excluídos no Período	113	131
Total de Consorciados Desistentes/Excluídos	303	416
Bens Entregues no Período	40	114
Total de Bens Entregues	817	777
Bens Pendentes de Entrega	18	37
Taxa de Inadimplência	0,01%	0,01%

#### 4. Outras Notas Explicativas da Administradora

##### 4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

##### 4.2 Aplicações Financeiras

Na Administradora, estão representadas por aplicações em operações compromissadas realizadas com o Banco Santander, compostas por debêntures no valor de R\$4.391 (2010 - R\$3.485), sendo R\$4.282 com vencimento de 3 a 12 meses e R\$109 de 1 a 3 anos (Nota 4.9.c).

Nos Grupos de Consórcios, estão representadas por aplicação em fundo de investimento referenciado DI, atendendo aos critérios da Circular Bacen 3.261/2004, que foi sucedida pela Circular Bacen 3.432/2009.

##### 4.3 Créditos Tributários

##### a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2011
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	4	37	(33)	8
Outras Provisões Temporárias	62	35	-	97
<b>Saldo dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>66</b>	<b>72</b>	<b>(33)</b>	<b>105</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>

	Saldo em 31/12/2009	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2010
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	-	-	-	4
Outras Provisões Temporárias	86	4	(24)	62
<b>Saldo dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>86</b>	<b>4</b>	<b>(24)</b>	<b>66</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3</b>

##### b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	2011
<b>Diferenças Temporárias</b>	<b>105</b>
<b>IRPJ</b>	<b>73</b>
<b>CSLL</b>	<b>26</b>
<b>Total</b>	<b>99</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

##### c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$100 (2010 - R\$63), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

##### 4.4 Outros Créditos - Diversos

Referem-se a impostos e contribuições a compensar no valor de R\$251 (2010 - R\$228) e de valores a receber de sociedades ligadas em 2010 - R\$452 (Nota 4.9.c).

##### 4.5 Intangível

Composto por gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais.

##### 4.6 Outras Obrigações

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem impostos e contribuições a pagar de R\$57 (2010 - R\$2), registrados no passivo circulante.

Outras obrigações - diversas são constituídos, principalmente, por provisão para pagamentos a efetuar de despesas administrativas no valor de R\$286 (2010 - R\$183), provisão para processos judiciais e administrativos - ações cíveis de R\$22 (2010 - R\$11), com contraparte registrada em outras despesas operacionais (Nota 4.12) e recursos não procurados - grupos encerrados no valor de R\$164.

##### 4.7 Ativos e Passivos Contingentes

##### a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

##### b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

c) A Santander Consórcios não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível significativos.

##### 4.8 Patrimônio Líquido

##### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, totalmente subscrito e integralizado é composto por 3.000 mil cotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no país.

##### b) Dividendos

Do saldo do lucro líquido apurado, não destinados à formação de reserva para equalização de dividendos ou retidos para atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Santander Consórcios, revisto anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social, deverão ser distribuídos como dividendos.

##### c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos sócios.

##### 4.9 Partes Relacionadas

##### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Reunião Anual de Sócios da Santander Consórcios, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2011, no valor máximo de R\$10. A Santander Consórcios é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador da Santander Consórcios. A Santander Consórcios não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2011 e 2010, não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria e Planos de Aposentadoria Complementar.

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	2011		2010	
	Segundo Semestre	Exercício	Exercício	Exercício
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>230</b>	<b>421</b>	<b>354</b>	<b>354</b>
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.9.c	230	421	354
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>230</b>	<b>421</b>	<b>354</b>	<b></b>

## DIRETORIA

Amancio Acurcio Gouveia

Carlos Alberto López Galán

Fernando Byington Egydio Martins

Luís Felix Cardamone Neto

Nilo Sérgio Silveira Carvalho

Marcos Adriano Zoni

## Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da  
Santander Administradora de Consórcios Ltda.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a demonstração consolidada dos

recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2011 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1, que indica que a Administradora vem administrando um único grupo de consórcio, bem como os recursos não procurados, e não vem constituindo novos grupos. Atualmente, a Administração avalia se a Administradora será incorporada por outra entidade integrante do Conglomerado Santander.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza  
Contador  
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP